



**2ª VARA VARA DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, EMBARGOS E DEMAIS INCIDENTES –
CAMPO GRANDE/MS – TJ/MS**

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **MARIO APARECIDO DOS SANTOS (CPF/MF Nº 797.453.938-00)**, e seu cônjuge, se casado for; **N.O.C. – NÚCLEO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS LTDA (CNPJ/MF Nº 03.431.115/0001-29)**; bem como dos credores: **HELENA APARECIDA VIEIRA CELESTINO (CPF/MF Nº 999.034.749-20)**, **UNIÃO PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (CNPJ/MF Nº 00.394.460/0216-53)** e **MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE (CNPJ/MF Nº 03.501.509/0001-06)**; e do terceiro interessado **OSMAR DE SOUSA (CPF/MF Nº 004.935.318-74)**.

A MM. Juíza de Direito Dra. Vania De Paula Arantes, da 2ª Vara de Execução de Título Extrajudicial, Embargos e Demais Incidentes – Foro de Campo Grande/MS, Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Execução, ajuizada por **BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ/MF Nº 00.000.000/0001-91)** em face de **MARIO APARECIDO DOS SANTOS (CPF/MF Nº 797.453.938-00)** e **N.O.C. – NÚCLEO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS LTDA (CNPJ/MF Nº 03.431.115/0001-29)**, nos autos do Processo nº 0102523-39.2007.8.12.0001, e foi designada a venda do bem abaixo descrito descritos abaixo, nos termos do Provimento nº 375/2016 do Conselho Superior da Magistratura do Mato Grosso do Sul, que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como a Resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça e os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Porteirinha, nº 79 - Vila Cidade Morena, Campo Grande/MS -CEP: 79064-011 **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um imóvel residencial com 407,275m² de área de terreno (total) e 290m² de área construída, anteriormente descrito como: lote de terreno determinado sob' nº 05 da quadra 01 do loteamento denominado Vila Cidade Morena, Campo Grande/MS. Tendo 10m de frente para a Rua Porteirinha; 10,30m nos fundos, com a Vila Parque Industrial; 41,50m do lado direito, com o lote 06, e 40m do lado esquerdo, com o lote 04, perfazendo a área contendo as seguintes benfeitorias.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	15390010050	
Matrícula Imobiliária nº	129.222	1º Circunscrição - Cartório de registros de imóveis da Comarca de Campo Grande/MS

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
R. 11	21/06/2002	Hipoteca	-	Banco do Brasil S.A.
R. 12	02/12/2013	Penhora	Proc. nº 0000543-20.2011.5.24.0003	Helena Aparecida Vieira Celestino
Av.13	17/10/2014	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 0151500-75.2007.5.24.0002	União Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
R. 14	28/05/2015	Penhora Exequenda	Proc. nº 0102523-39.2007.8.12.0001	Banco do Brasil S.A.
R.15	29/10/2015	Penhora	Proc. nº 0151500-75.2007.5.24.0002	União Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
R. 16	22/06/2016	Penhora	Proc. nº 0907568-54.2008.8.12.0001	Município de Campo Grande/MS





OBS.01: Nos termos do artigo 1.499, VI, do Código Civil, ocorrendo a arrematação do bem, a Hipoteca registrada sob nº 11 será extinta.

OBS.02: O imóvel é composto por um salão comercial, anexo com uma edificação residencial repartida em duas casas com aproximadamente 124m² de área construída e uma edícula nos fundos com 65m² de área construída e uma varanda com 12m². (Auto de avaliação às fls. 728/729).

OBS.03: Foi distribuída Ação de Usucapião, processo nº 0831162-11.2016.8.12.0001, em trâmite perante a 14ª Vara Cível do Foro de Campo Grande Osmar de Souza em face do N.O.C - Núcleo de Operações Comerciais representada por Mário Aparecido dos Santos, referente ao imóvel penhorado. A ação foi julgada improcedente. Contra a r. Decisão foram opostos Embargos de Declaração, e em sede recursal a r. Decisão foi mantida. Foi interposto Recurso de Apelação pela parte requerente para reformar a sentença recorrida. O recurso encontra-se pendente de julgamento.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 320.000,00 (Jul/2024 – Avaliação às fls. 728/729 – Homologação às fls. 747/749).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 347.845,62 (Abr/2026). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do IPCA (IBGE).

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 87.234,05 (Abr/2026) – R\$ 85.934,46 referente aos débitos inscritos na Dívida Ativa e R\$ 1.299,59 referente aos débitos não inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 351.492,00 (Ago/2023 - Fls. 712)

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **17 de julho de 2026, às 14 horas, e se encerrará no dia 20 de julho de 2026 às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 20 de julho de 2026, às 14 horas, e se encerrará em 11 de agosto de 2026, às 14 horas.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do IPCA e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).





04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial do Mato Grosso do Sul sob nº 54, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATACÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal gerada no <https://www.tjms.jus.br/servicos/depositos-judiciais/emissao-guia-de-deposito>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 7% (sete por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigos 32 do Provimento nº 375/2016 do Conselho Superior da Magistratura do Mato Grosso do Sul). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de





interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATAÇÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do item 03 deste Edital.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Afonso Pena, nº 5723, sala 1507, DT. 111, Edifício Evolution Business Center – Royal Park - CEP 79031-010 - Campo Grande/MS, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.





ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Se, por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não se realizar no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 274, parágrafo único, do CPC e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital.

Campo Grande, 13 de abril de 2026.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. VANIA DE PAULA ARANTES
JUÍZA DE DIREITO



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

